

Anna Christina, neta de JK (C), se emociona em solenidade proposta pelo senador Rodrigo Rollemberg



Waldemir Barreto/Senado Federal

## Plenário lembra impacto modernizador dos anos JK

Em celebração dos 109 anos de nascimento de Juscelino Kubitschek, os senadores ressaltaram a visão modernizante do ex-presidente da República. 6

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.520 – Brasília, terça-feira, 13 de setembro de 2011



Luiz Alves/Senado Federal



Lina Távora, do Minc, senador Paulo Paim e deputada Luiza Erundina na CDH

## Luiza Erundina pede volta do Conselho de Comunicação

Para a deputada, que participou ontem de audiência pública na CDH, o Conselho de Comunicação Social do Congresso, que não funciona desde 2007, é o “único espaço

onde a sociedade civil pode marcar presença e se manifestar” sobre o setor. Erundina também cobrou um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil. 3

## Crise europeia será sentida no Brasil, diz especialista

O Brasil sofrerá os reflexos da crise econômica da Europa, afirmou Isaias Coelho, especialista em comércio internacional da Fundação Getúlio Vargas, duran-

te debate na Comissão de Relações Exteriores. Segundo ele, esses países são nossos mercados de exportação. “Se eles vão mal, nós sofremos.” 5

Ano Volney/Senado Federal



Senador Fernando Collor (2º à esq.) dirige audiência sobre a crise na Europa

# Juristas debatem Código Florestal com senadores

Quatro comissões realizam hoje pela manhã audiência pública para discutir a proposta de novo Código Florestal; na quinta-feira, outra audiência conjunta vai analisar fatores econômicos do projeto, que está para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça 7

especial  
**Cidadania**



James Torres

Em todo o estado de Santa Catarina e em alguns municípios do sul e sudoeste do Paraná chove forte há uma semana

## Projetos estabelecem medidas para evitar vítimas em enchentes e deslizamentos

Para evitar tragédias como a enfrentada desde a semana passada por Santa Catarina – que já deixou pelo menos três mortos e mais de 175 mil desabrigados – o Senado tem debatido o que fazer com as construções em áreas de risco de desabamento encontradas em

aproximadamente 450 dos 5.565 municípios brasileiros, segundo dados do Ministério das Cidades. Projeto aprovado na Casa estabelece que cidades cujos planos diretores foram elaborados sem a orientação da carta geotécnica têm dois anos para se adaptar. 8

Pimentel é o novo líder do governo no Congresso 2

Em debate, o carvão como matriz energética 3

Comissão fiscaliza obras da Copa em Porto Alegre 4



Ministro da Previdência no governo Lula, José Pimentel atuará em conjunto com os líderes do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza, e no Senado, Romero Jucá



Em sua primeira entrevista como líder do governo, José Pimentel nega insatisfação do PMDB com sua indicação

## José Pimentel é o novo líder do governo no Congresso

O SENADOR JOSÉ Pimentel (PT-CE) assumiu, ontem, a função de líder do governo no Congresso. O convite foi formalizado de manhã pela presidente Dilma Rousseff, durante reunião da coordenação de governo, no Palácio do Planalto.

Pimentel, que era o 1º vice-líder do governo no Congresso, passa a ocupar a vaga deixada pelo deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), indicado por seu partido para comandar o Ministério da Agricultura no lugar de Wagner Rossi, que se demitiu após denúncias de corrupção na pasta.

O nome de Pimentel para o cargo já vinha sendo dado como o escolhido, mas a confirmação do Palácio do Planalto só ocorreu ontem.

### Tarefa de interlocutor do governo com o Legislativo

Durante o governo Lula, José Pimentel foi ministro da Previdência Social (2008 a 2010). Deputado federal por quatro mandatos, exerce agora seu primeiro mandato no Senado.

Na liderança do governo, Pimentel fará parte do grupo parlamentar diretamente responsável pela articulação política e a interlocução do governo com o Legislativo. O Planalto conta ainda com um líder na Câmara, o deputado

Cândido Vaccarezza (PT-SP), e outro no Senado, função exercida por Romero Jucá (PMDB-RR).

No novo posto, Pimentel terá entre suas tarefas mais imediatas negociar a aprovação da proposta do Orçamento para 2012, além de projetos de créditos adicionais ao orçamento vigente. Esses temas são examinados em sessões conjuntas das bancadas da Câmara dos Deputados e do Senado.

### Base governista apoiou indicação, "sem trauma"

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE) negou, em sua primeira entrevista coletiva, qualquer mal-estar com o PMDB, partido do seu antecessor, deputado Mendes Ribeiro (RS), atual ministro da Agricultura.

Apesar de boatos de que o partido estaria insatisfeito com a sua indicação por ter perdido a vaga para o PT, o parlamentar afirmou que a decisão foi acordada.

– Os líderes do PMDB conduziram com a presidente,

chegaram a nosso nome sem nenhum trauma – garantiu o senador, que considera a base governista suficientemente madura para chegar ao entendimento.

Em entrevista concedida ontem de manhã, o líder do PMDB na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), afirmou que Pimentel deve ser substituído em breve porque a intenção do governo seria realizar um rodízio entre PT e PMDB. O senador não confirmou a informação.

Pimentel, que terá a missão de garantir a aprovação do Orçamento de 2012 como propôs o Poder Executivo, se disse tranquilo, pois tem experiência como parlamentar e confia nos relatores.

– São bons relatores o senador Walter Pinheiro [PT-BA], do PPA, e o deputado Arlindo Chinaglia [PT-SP], do Orçamento 2012 – afirmou.

O anúncio do nome de José Pimentel foi feito ontem, após reunião de coordenação do governo.

### Senado lembra os 68 anos de criação do Amapá

O Senado lembrará hoje, a partir das 14h, os 68 anos de criação do Amapá. Em 1943, a região foi declarada território independente em relação ao estado do Pará, a quem pertencia.

A homenagem ao Amapá foi pedida por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

"Esse [o desmembramento do Pará] foi o primeiro passo

para a construção da autonomia política e administrativa dessa unidade da Federação, que foi finalmente alcançada na Constituição federal de 1988", afirmou o senador na justificativa do requerimento de homenagem.

Em 1988, o Amapá deixou de ser território para transformar-se em estado.

De acordo com Randolfe Rodrigues, a homenagem que será realizada hoje é uma maneira de rememorar a importância do ato de reconhecimento e a afirmação do povo amapaense, assim como de registrar os avanços sociais, econômicos, políticos e culturais que foram alcançados com a criação do então território.

### Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos realizados por senadores em Plenário após

as 19h40 de ontem serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Recursos para educação infantil

14h Comemoração dos 68 anos do Amapá na hora do expediente. Sessão plenária deliberativa, com pauta trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 22/11, proveniente da Medida Provisória 533/11, que autoriza a União a transferir recursos financeiros para municípios e o Distrito Federal com a finalidade de prestar apoio à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil.

### CCT/CRA/CMA/CCJ Código Florestal

8h30 As comissões de Constituição e Justiça, de Ciência e Tecnologia, de Meio Ambiente e de Agricultura realizam audiência pública conjunta para debater aspectos jurídicos do projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11). Entre os convidados, estão os ministros Dias Toffoli (STF) e Herman Benjamin (STJ).

### CRE Infraestrutura de transportes

9h O diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Jorge Ernesto Pinto Fraxe, e o de Infraestrutura Aquaviária, Adão Marcondes Proença, debatem infraestrutura de transporte na região de fronteira na Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que faz parte da Comissão de Relações Exteriores.

### CDR Definição de trabalhos

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, examina requerimentos, como o que solicita audiência pública para debater os trabalhos da comissão externa do Senado criada para verificar *in loco* os assassinatos de trabalhadores rurais no Pará e em Rondônia.

### CAE Ministro da Ciência e Tecnologia

10h A Comissão de Assuntos Econômicos ouve o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, que fará uma exposição sobre o conjunto de medidas adotadas pelo governo no plano Brasil Maior.

### Presidência Aniversário do Amapá

10h30 O senador José Sarney recebe o ex-embaixador da Venezuela Milos Alcalay; às 11h, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski; às 11h30, o embaixador do Brasil no Reino Unido, Roberto Jaguaribe; às 13h45, o governador do Amapá, Camilo Capiberibe; às 14h, participação da comemoração dos 68 anos do Amapá. Às 16h, preside a ordem do dia.

### CE Redução no IR patronal

11h Na pauta da Comissão de Educação, projeto que dobra o desconto da contribuição patronal do Imposto de Renda caso o empregado doméstico estude. Também deve ser analisado proposta que muda para sexta-feira feriados que caírem em outros dias da semana.

### CDR Economia de água

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo vota em turno suplementar substitutivo a projeto que institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas. Também na pauta, projeto que estabelece diretrizes gerais da política urbana.

### Parlasul Eleição para a Representação Brasileira

14h30 Eleição do presidente e dos vices-presidentes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

### CMO Votação de projetos

14h30 A Comissão Mista de Orçamento se reúne para votar projetos de créditos suplementares para ministérios.

### Congresso Créditos para ministérios

19h Congresso se reúne para votar projetos que abrem créditos adicionais para vários ministérios.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

### TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



## Em debate, o carvão como matriz energética

A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), debate hoje a inclusão do carvão na matriz energética e a situação dos trabalhadores em decorrência do Leilão A-5. A audiência pública foi proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

O Leilão A-5, organizado pelo Ministério de Minas e Energia, está previsto para 20 de dezembro e tem como objetivo a contratação de energia proveniente de novos empreendimentos. O leilão vai permitir a participação de empresas geradoras de energia eólica, mas setores produtivos têm pedido a inclusão do carvão no debate.

A subcomissão convidou os presidentes das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), José da Costa Carvalho Neto, e da Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM), Fernando Luiz Zancan. Foram ainda convidados o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Hermes Chipp, e o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner, além de representantes de indústrias e sindicatos de trabalhadores do setor de carvão e de entidades ligadas à área ambiental.

## Projeto transfere feriados para as sextas-feiras

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve analisar hoje o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 108/09, do deputado Marcelo Castro (PMDB-PI), que adia para a sexta-feira os feriados que caírem em outros dias da semana, com exceção de 1º de janeiro, 7 de setembro e 25 de dezembro. Emenda do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) inclui os feriados de 12 de outubro e Corpus Christi. O autor quer evitar a queda na produtividade no país, já que é comum "enforçar" o dia útil entre o feriado e o fim de semana. O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), vai apresentar voto favorável à aprovação do projeto, que tramita em caráter terminativo.

Na mesma reunião, a CE analisará o Projeto de Lei do Senado (PLS) 254/08, que determina que o desconto da contribuição patronal do Imposto de Renda seja feito em dobro quando o empregado doméstico estiver frequentando a escola. Para o autor, Cristovam Buarque (PDT-DF), a medida estimula a educação dos empregados e a formalização dos contratos de trabalho. O relator, Vicentinho Alves (PR-TO), vai apresentar voto favorável à matéria. Aprovado na CE, o projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para a deputada, que participou de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o conselho é o "único espaço onde a sociedade civil pode marcar presença e se manifestar" sobre o setor

# Erundina pede reativação do Conselho de Comunicação Social do Congresso

**PRESIDENTE DA FRENTE** Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular, a deputada Luiza Erundina (PSB-SP) pediu a reativação do Conselho de Comunicação Social do Congresso. Ela disse que o colegiado é o "único espaço onde a sociedade civil pode marcar presença e se manifestar" sobre questões como o mercado de TV por assinatura, o sistema digital de comunicação e a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), entre outros temas.

A nomeação dos integrantes do conselho – 13 titulares e 13 suplentes – deve ser feita pelo Senado. Como isso não ocorre desde 2007, quando acabou o mandato dos representantes à época, o órgão deixou de funcionar. Segundo Erundina, o conselho é uma das conquistas da Constituição de 1988.

– Mas a omissão do Senado prejudica essa conquista, que foi duramente obtida – protestou, ontem, durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A reativação é uma das solicitações incluídas no documento que a CDH enviará à presidente Dilma Rousseff. O foco do documento é a situação das TVs comunitárias e universitárias após a sanção da lei sobre TV por assinatura, que poderia ocorrer ainda ontem.

Erundina lembrou que houve audiências na Câmara para discutir a situação do conselho, mas que o Senado não participou, mesmo quando convidado.



Farias (E) e Miranda (D), da ABCCOM; Lina Távora, do Minc; senador Paim; e Luiza Erundina na audiência de ontem da CDH

– É difícil saber porque essa omissão vem ocorrendo. Só tivemos duas gestões, cada qual com dois anos, até 2007 – afirmou.

Apesar de defender a importância do órgão, Erundina reconheceu que o conselho "é limitado devido ao seu caráter apenas consultivo, e não deliberativo". A deputada avaliou que a composição está desatualizada e precisa ser reformulada, "pois vários meios de comunicação, como os relacionados à internet, foram incorporados e precisam estar representados".

### Marco regulatório

Luiza Erundina também cobrou um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil. Segundo ela, as leis existentes hoje no país são ultrapassadas e não dialogam

entre si, o que atrapalha o desenvolvimento do setor.

– Estamos vivendo um verdadeiro caos. O Código Brasileiro de Telecomunicações, por exemplo, é de 1952, e está velho, assim como outras legislações da área. Além disso, alguns artigos da Constituição de 1988 ainda precisam ser regulamentados.

A deputada pediu que a sociedade reaja a qualquer tentativa de retrocesso a "conquistas obtidas com tanto sacrifício pelas TVs comunitárias no país".

O senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, e os convidados foram unânimes na defesa dos canais comunitários para efetivação da democracia.

– Existem hoje no Brasil 70 canais comunitários. Eles são a voz de sindicatos, igrejas, associações, escolas, fundações e ONGs – afirmou.

### Direito a voz

Veja como deve ser a composição do conselho

- 5 representantes da sociedade civil
- 1 das empresas de rádio
- 1 das empresas de televisão
- 1 de empresas da imprensa escrita
- 1 dos jornalistas
- 1 dos radialistas
- 1 dos artistas
- 1 das categorias profissionais de cinema e vídeo
- 1 engenheiro com "notórios conhecimentos" na área de comunicação social

## Canais comunitários querem veto parcial a projeto de TV por assinatura

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) anunciou o envio à presidente Dilma Rousseff de um documento com as principais reivindicações dos canais comunitários brasileiros. A mais urgente é um veto parcial na sanção ao projeto que regulamenta o mercado de TV por assinatura (PLC 116/10), aprovado no Senado em agosto.

Um dos pontos questionados pela Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM) – cujos dez anos de criação deram origem à audiência realizada ontem na CDH – é o parágrafo 7º do artigo 32, que prevê a possibilidade de as operadoras

de TV a cabo alegarem dificuldades técnicas ou econômicas para tirar do ar canais públicos.

As normas atualmente em vigor obrigam as operadoras a transmitir esses canais educativos, universitários, culturais e legislativos. Os representantes das TVs comunitárias argumentam que muitas emissoras deixarão de existir se esse dispositivo não for vetado.

– Colocaram as raposas para tomar conta das ovelhas. Se a presidente Dilma não vetar parte do projeto, vamos ser jogados para a clandestinidade. A Anatel e os grandes grupos de comunicação sempre trabalharam

contra os canais comunitários – lamentou o presidente da ABCCOM, Edivaldo Farias.

As formas de financiamento das TVs públicas e sua inclusão no sistema digital também ocuparam boa parte dos debates na CDH. A ABCCOM luta para que os canais comunitários sejam incluídos nas transmissões digitais.

– Nada justifica a ausência das TVs comunitárias do modelo digital. Trata-se de uma questão política e não técnica. Os grandes conglomerados não querem uma TV pública forte – lamentou o vice-presidente da ABCCOM, Paulo Miranda.

Os representantes dos canais

comunitários reivindicam ainda a criação de um fundo de apoio. Observam que a maioria dessas emissoras tem a sobrevivência ameaçada por falta de recursos, situação que, segundo eles, vai piorar se o dispositivo que proíbe publicidade nos canais comunitários não for vetado.

– Nós geramos renda e emprego, mas até hoje sobrevivemos com criatividade sem nenhum apoio. Não podemos viver de brisa e nem fazemos mágica. Em contrapartida, o setor privado sempre teve benefícios e regalias – afirmou Beto Almeida, jornalista da TV Senado e integrante da Junta Diretiva da Telesur, rede de televisão que congrega programação de emissoras públicas de países latino-americanos.

Já Fernando Mauro Trezza, ex-presidente da ABCCOM, lamentou que o projeto tenha tramitado no Congresso sem passar por nenhuma audiência pública com participação popular. Ele avisou que, se a presidente Dilma não vetar os dispositivos criticados, a entidade entrará com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF).



CDH realiza audiência para debater os dez anos da Associação Brasileira de Canais Comunitários



Senador afirma que taxa reduzida em agosto tem pouca influência sobre os juros praticados pelo mercado, mas exerce grande efeito sobre o montante da dívida pública

## Dornelles apoia redução da Selic pelo Banco Central

O SENADOR FRANCISCO Dornelles (PP-RJ) defendeu em Plenário, ontem, a decisão do Conselho de Política Monetária (Copom) do Banco Central, tomada no final de agosto, de reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de juros básica, conhecida como Selic.

Leindo artigo do economista Delfim Netto, o parlamentar criticou a reação de vários analistas de mercado à decisão do Copom, para os quais o comitê somente demonstra independência do governo federal quando eleva a taxa Selic.

De acordo com Dornelles, existe atualmente no país uma confusão muito grande a respeito de taxas de juros e Selic, visto que esta, em sua opinião, tem pouquíssima influência nas taxas de juros praticadas



Alguns analistas só veem independência quando Copom eleva taxa, diz Dornelles no mercado, exercendo, por outro lado, grande efeito sobre o montante da dívida pública. – Quero me congratular com o Copom porque tomou uma decisão corajosa. Temos que reduzir a taxa Selic, porque não

tem influência nenhuma sobre a taxa de juros de operações direcionadas, tem um peso enorme nas contas públicas e tem pouca influência sobre os juros de mercado, que variam de 35% a 200% no Brasil – disse.

## Cristovam alerta para descontrole inflacionário

Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou ontem preocupação com a possibilidade de volta da inflação na economia brasileira. Na avaliação do senador, além de os índices terem aumentado muito e ultrapassando as metas fixadas, o governo não tem dado a devida importância ao problema.

Cristovam considera necessário implementar medidas urgentes, como a redução de gastos, para combater o avanço inflacionário.

– Temo que estejamos caminhando para uma inflação a um nível tal que ficará difícil reverter – disse.

Em seu pronunciamento, o senador fez um apelo ao Banco Central para que divulgue os dados do crescimento da inflação para os bens mais consumidos por pessoas que ganham até três salários mínimos, como alimentos e produtos de limpeza básicos.

De acordo com ele, os pobres, incluídos na faixa de renda de até três salários mínimos, serão os mais prejudicados na hipótese de volta da inflação, visto que os ajustes anuais do salário mínimo muitas vezes não repõem seu poder de compra.



O governo não tem dado importância ao risco de inflação, segundo Cristovam



Celebração do Dia da Independência nunca foi tão significativa, acredita o senador

## Para Jorge Viana, Brasil vive momento histórico

Jorge Viana (PT-AC) elogiou, nas comemorações da Independência do Brasil, na quarta-feira, o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff em cadeia nacional de televisão. A data nunca soou tão significativa como agora, disse o senador, já que o Brasil vive um momento de verdadeira independência política e econômica e é chefiado por uma mulher.

– Estamos diante de um momento histórico, afinal é a primeira vez que uma mulher preside as comemorações em Brasília.

Além da “história de vida singular” da presidente Dilma, Jorge Viana salientou os avanços sociais e econômicos dos últimos anos, apontando os investimentos do governo federal em infraestrutura, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e em educação, com a criação de mais escolas técnicas e universidades públicas.

Outro programa citado pelo senador, o Brasil sem Miséria, pretende tirar 16 milhões de brasileiros da situação de miséria extrema e direciona recursos para o atendimento de moradores das florestas.

## Ana Amélia parabeniza procurador-geral por ação

Ana Amélia (PP-RS) parabenizou o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, por ter proposto ação direta de inconstitucionalidade contra a lei que criou o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), a ser usado nas obras para a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Ontem, a parlamentar lembrou que o RDC foi acrescentado à Medida Provisória 527/11, na tramitação na Câmara. A MP foi convertida na Lei 12.462/11.

A senadora, que votou contra a medida, lembrou que o procurador pediu decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que a lei põe em risco o patri-



Senadora votou contra MP criando o Regime Diferenciado de Contratações

mônio público e a segurança jurídica. A inclusão do regime diferenciado na MP também viola o processo legislativo e a separação dos Poderes, segundo Roberto Gurgel.

## Raupp elogia resultados obtidos pelo ministro da Previdência

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou a redução do déficit das contas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nos primeiros sete meses de 2011. O déficit caiu de R\$ 27,12 bilhões para R\$ 21,86 bilhões em comparação com igual período de 2010.

A atuação do ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, concentrada no aumento da fiscalização para evitar fraudes e na busca da eficiência, com redução dos custos operacionais, colabora para esses bons resultados, disse o senador.

O fato é importante, já que



Para Valdir Raupp, fiscalização e redução de custos explicam sucesso

repercutiu diretamente no orçamento fiscal e pode significar mais recursos para investimentos e despesas essenciais.

## Geovani: diferença entre ensino público e privado é preocupante

O fato de oito em cada dez escolas públicas terem ficado abaixo da média no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2010 é preocupante, afirmou Geovani Borges (PMDB-AP). Entre os colégios particulares, 8% não conseguiram superar a média nacional, o que equivale a um décimo do índice alcançado pela rede pública, conforme dados do Ministério da Educação.

A distância entre o ensino público e o privado – intolerável, para o senador – é uma prova de que o ensino público está agonizando, levando junto sonhos, expectativas, projetos de vida, chances de futuro e de dominar uma carreira profissional.

Esse abismo é ainda mais pro-



Diferença de desempenho é vista como intolerável pelo senador

fundo na área rural, onde predomina “um Deus nos acuda”, com transporte precário, crianças que não chegam a ter nem quatro horas diárias de ensino e falta de professores.

## Parlamentares fiscalizam estado das obras para a Copa do Mundo em Porto Alegre

O Fórum Legislativo das Cidades-Sedes da Copa do Mundo – promovido pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado – reuniu-se ontem na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Lídice da Mata (PSB-BA), presidente da Subcomissão Temporária da Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada

2016, falou que o colegiado tem interesse em incorporar agendas positivas do turismo nacional em cada uma das cidades brasileiras que receberão a Copa do Mundo.

O secretário estadual do Esporte e do Lazer, Kalil Sehbe, apresentou as principais ações do governo do estado para a Copa do Mundo de 2014, mencionou a matriz de responsabilidades das esferas federal, estadual e municipais e disse

que o governo gaúcho vem seguindo à risca o que lhe compete. “Estamos controlando para que todos os cronogramas sejam cumpridos”, garantiu o secretário.

O Fórum Legislativo das Cidades-Sedes já promoveu encontros em outras oito capitais (Fortaleza, Recife, Curitiba, Belo Horizonte, Manaus, Brasília, Cuiabá e Salvador), restando ainda Rio de Janeiro, Natal e São Paulo.



Reunião com representantes do estado foi realizada na assembleia legislativa



Países europeus que enfrentam turbulências na economia são mercados de exportação para produtos brasileiros, lembrou professor da FGV em audiência da CRE

## Brasil não está imune à crise europeia, dizem especialistas

O BRASIL SOFRERÁ os reflexos da crise econômica da Europa, afirmou Isaias Coelho, especialista em comércio internacional e finanças públicas da Fundação Getúlio Vargas. Ele participou ontem de audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

– Já há consequências [no Brasil] de alguma maneira. As economias são interdependentes. Esses países que estão em crise são os nossos mercados de exportação então, se eles vão mal, nós sofremos – explicou Isaias Coelho.

Ao abrir a sessão, o presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), disse que os países desenvolvidos não estão sabendo lidar com a crise que começou na Grécia e ameaça a economia mundial. Ele lembrou a reunião da última sexta-feira, dia 9, dos

presidentes de bancos centrais dos sete países mais industrializados do mundo, que não apresentou resultados concretos e culminou com a demissão do representante alemão.

– Aumentou a preocupação no mercado financeiro internacional porque demonstra claramente a luta no âmbito do Banco Central Europeu entre correntes contrárias e favoráveis à compra de títulos de países em dificuldades. A esse cenário, devem ser acrescentadas manifestações sindicais e greve contra as políticas econômicas restritivas, sobretudo na Grécia e na Itália – disse Collor.

Outro ponto levantado foi o papel a ser desempenhado pela Alemanha na sustentação do euro e na recuperação de economias combatidas na Europa. O professor Frederico Gonzaga

Jayme Junior, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), disse que o povo alemão precisará tomar consciência de suas responsabilidades como maior economia do continente. Ele criticou a adoção de medidas recessivas como as tomadas em Portugal, onde foram reduzidos salários do funcionalismo público.

A discussão de alternativas ao euro causou divergência entre Winston Fritsch, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), e o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que defendeu a reintrodução de moedas nacionais que circulariam ao lado da moeda comum de modo a permitir a expansão monetária de países em dificuldades. Para Fritsch, haveria risco de hiperinflação e quebra de bancos.

## CAE ouve Mercadante sobre plano de incentivo à indústria

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe hoje o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, que fará uma exposição sobre o conjunto de medidas adotadas pelo governo reunidas no plano Brasil Maior.

Idealizado para o período 2011-2014, o plano Brasil Maior, lançado em 2 de agosto, tem objetivo de aumentar a competitividade da indústria nacional a partir da defesa do mercado interno e do incentivo à inovação tecnológica e à qualificação da mão de obra.

Entre outras metas do programa, estão a elevação do percentual de trabalhadores da indústria nacional com nível médio de escolaridade, a diversificação das exportações

brasileiras e a diminuição do consumo de energia por unidade de produto interno bruto (PIB) industrial.

O plano é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com a participação dos ministérios da Ciência e Tecnologia; Planejamento, Orçamento e Gestão; Fazenda; e Casa Civil.

Já falaram na CAE sobre o plano Brasil Maior os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

A audiência com Mercadante começa às 10h, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, e foi solicitada por Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

## Comissão está pronta para votar regra de divisão de gorjeta

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) já está pronta para votar o projeto de lei da Câmara (PLC 57/10) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para disciplinar a divisão da gorjeta em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.

Apesar de a CLT já estabelecer a destinação desse adicional ao trabalhador, a proposta pretende forçar o empregador a seguir a determinação impondo multas.

“O que o projeto faz é explicitar a taxa de serviço na definição de gorjeta, uma vez que essa taxa já é entendida dessa forma pelo usuário do serviço, embora nem sempre seja repassada ao empregado”, explicou o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), no parecer favorável ao PLC 57/10.

O senador apresentou substitutivo ao projeto, preservando suas principais medidas. Incluem-se aí o rateio em acor-

do trabalhista para orientar a distribuição da gorjeta entre os empregados e a obrigação de a empresa anotar na carteira de trabalho o salário fixo e o percentual recebido com gorjeta.

Caso o empregador descumpra as exigências, terá de pagar multa ao trabalhador correspondente a 2/30 (dois trinta avos) da média da taxa de serviço por dia de atraso.

Duas alterações importantes no PLC 57/10 foram feitas pelo substitutivo de Raupp. Em primeiro lugar, ele eliminou a possibilidade de incorporação da gorjeta ao salário no caso de a cobrança de gorjeta cessar, mas ter sido mantida por mais de um ano. Seu argumento é que a medida encareceria o contrato de trabalho. A outra mudança foi permitir à empresa descontar a taxa de administração cobrada pelo banco das gorjetas pagas por meio de cartões, no percentual máximo de 10%.



Entre professores de universidades, Collor (C) alerta que os países desenvolvidos não estão sabendo lidar com a crise

## Celso Amorim abrirá ciclo de debates na CRE sobre estratégia nacional de defesa

Uma audiência pública com o ministro da Defesa, Celso Amorim, deverá abrir em 29 de setembro o terceiro ciclo de palestras sobre os rumos da política externa brasileira, promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(CRE). Depois do primeiro ciclo, em abril, sobre geopolítica e as relações internacionais, e do segundo ciclo, ainda em andamento, sobre a crise econômica global, o terceiro ciclo abordará o tema da defesa nacional.

Amorim apresentará aos

senadores as principais diretrizes da estratégia nacional de defesa e os projetos do governo para o setor ao longo dos próximos anos. Essa exposição foi requerida pelo presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL).

Além da estratégia nacional

de defesa, deverão ser abordados nos painéis que comporão o terceiro ciclo temas como o papel das Forças Armadas no Brasil, a vigilância das fronteiras, os planos para a proteção das reservas brasileiras de petróleo na camada pré-sal e a

participação das Forças Armadas brasileiras em missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os convidados, estarão representantes das Forças Armadas, de diversas universidades e da indústria brasileira de defesa.

## Subcomissão debate infraestrutura de transporte nas regiões de fronteira

A infraestrutura de transportes nas regiões de fronteira será debatida em audiência na Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. A discussão abre o terceiro ciclo de debates promovido pela subcomissão da CRE.

Do debate de hoje participam o diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), Jorge Ernesto Fraxe, e o diretor de Infraestrutura Aquaviária do órgão, Adão Magnus Marcondes Proença. Ciclos anteriores discutiram o desenvolvimento econômico e social e a

segurança nacional nessas regiões.

Em seguida, a subcomissão vota requerimento do seu presidente, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), para realização de audiência sobre os trabalhos da comissão externa que investiga conflitos agrários e assassinatos nas divisas dos Acre, Amazonas e Rondônia. O debate será com a Subcomissão da Amazônia da CDR e deverá ter a presença de representantes de trabalhadores rurais, do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, de governos estaduais, da OAB e do governo federal.

## Comissão Permanente de Mudanças Climáticas elege relator amanhã

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) elegeu seu relator em reunião amanhã. Na semana passada, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) foi eleito presidente da comissão e o deputado Alfredo Sirkis (PV-RJ), vice-presidente. Diferentemente de outras comissões, nas quais o relator é escolhido pelo presidente, na CMMC, presidente e relator são escolhidos pelo voto.

Depois da escolha do relator, a comissão recebe o subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia

do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado. Nas próximas semanas, devem ser convidados a falar na CMMC representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, e o embaixador André Corrêa do Lago.

Criada em 2008, a CMMC ficou parada em 2010. Este ano, volta a funcionar com o objetivo principal de preparar a posição do Congresso para a Rio+20, conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 2012.



Presidente que construiu Brasília recebeu homenagem no Plenário; solenidade foi pedida por Rodrigo Rollemberg, para quem o grande feito de Juscelino Kubitschek "foi ter incutido na alma brasileira a confiança em si mesma"

# Senado comemora 109 anos de JK e lembra sua visão modernizadora

O PLENÁRIO DO Senado comemorou ontem os 109 anos de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. A homenagem começou com o Coral do Senado executando o Hino Nacional e entoando a canção *Peixe Vivo*, considerada a música preferida de JK.

A solenidade contou com a presença da neta de JK, Anna Christina; do embaixador da Eslováquia, Branislav Hitka; do ex-senador Paulo Octávio; do ex-presidente do Memorial JK e ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, coronel Affonso Heliodoro, entre outros convidados.

Autor do pedido de comemoração, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse que JK foi o "mais eloquente exemplo de estadista

que este país conheceu". A "trajetória pública ímpar" do médico Juscelino começou a despontar quando de sua posse como prefeito de Belo Horizonte, em 1940. Com "dinamismo sem igual, perseverança e esforço ilimitado", afirmou, JK revolucionou os métodos administrativos vigentes ao adotar na capital mineira "uma nova concepção de urbanismo", já ao lado do arquiteto Oscar Niemeyer.

Para Rollemberg, a posse de JK como presidente da República, em 1956, significou o início da "mais extraordinária experiência administrativa da história do Brasil". Logo depois, viria a transformação do país, com o Plano de Metas, investimentos maciços em infraestrutura, industrialização

e interiorização do desenvolvimento, simbolizada pela construção da nova capital, Brasília, reconhecida depois como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

– O grande feito de JK foi ter incutido na alma brasileira a confiança em si mesma. Inundou-se o país com a mensagem da transformação plena, tudo se encaminhando para a conquista da modernidade – disse.

## Período crucial

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), lembrar JK "é evocar um dos períodos cruciais e mais importantes da história recente do Brasil".

– O Brasil viveu um tempo de

otimismo, de criatividade, de entusiasmo juvenil, de arrojo, e tudo isso se cristalizou em torno da figura carismática de JK. Se não foram de puro ouro, ao menos aqueles anos foram, sim, dourados – afirmou.

Já Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que JK foi um líder excepcional. Como prefeito de Belo Horizonte, foi um inovador, e, como governador de Minas, se preocupou com os investimentos em infraestrutura. A presidência de JK foi marcada, segundo Crivella, pela democracia e pelo desenvolvimento. Ele definiu o ex-presidente como um político por excelência e afirmou que o Brasil amanheceu triste em 23 de agosto de 1976, dia seguinte à morte de Juscelino.



Neta de JK, Anna Christina Kubitschek fala na sessão especial, ao lado do senador Rollemberg e do ex-assessor de Juscelino, coronel Affonso Eliodoro dos Santos

## Senadores citam avanço econômico da era Juscelino

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) recordou que JK foi um político completo, exercendo os cargos de deputado, prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais e presidente da República.

Como prefeito da capital mineira, JK foi inovador, disse Simon, citando o conjunto arquitetônico da Pampulha e a aliança entre Juscelino, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa na construção de Brasília. Simon considerou o governo de JK como um marco na história, pelos investimentos em estradas, energia e indústria.

Filho do operário Miguel

Borges, que trabalhou na construção de Brasília, Geovani Borges (PMDB-AP) relatou que, durante os anos JK, o país registrou "níveis de expansão asiáticos", com grande incremento do produto interno bruto (PIB).

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), a estabilidade monetária, a democracia plena e a economia aberta, no Brasil de hoje, seriam surpresas para JK. Já a ausência de debates ideológicos, o aumento da corrupção e o crescimento descontrolado de Brasília seriam vistos com preocupação pelo ex-presidente.

Segundo Cristovam, entre as propostas que JK faria se

estivesse vivo estariam a federalização da educação de base, o incentivo à produção de bens de alta tecnologia e a implantação de transportes públicos mais eficientes.

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que poucos nomes continuam tão vivos na memória dos brasileiros. Ela ressaltou que Juscelino encontrou um país agrário e entregou as bases para o ingresso do Brasil no grupo das maiores economias do mundo.

Anibal Diniz (PT-AC) destacou o grande desenvolvimento, a expansão para o Oeste, a habilidade política e o respeito às instituições democráticas de JK.

## Neta do ex-presidente se emociona

Em nome da família de JK, a neta do ex-presidente, Anna Christina Kubitschek, se disse emocionada pelas manifestações de carinho ao seu avô.

– Achei que depois de tanto tempo estaria já acostumada, mas me enganei; eu me emocionei, ainda estou muito emocionada – disse Anna Christina, que é presidente do Memorial JK, em Brasília.

## Os anos JK

**1902** Nasce no dia 12 de setembro, em Diamantina (MG).

**1905** Morre seu pai, o caixeiro viajante João César de Oliveira. Nos anos seguintes, faz o primário em casa, educado pela mãe, a professora Júlia Kubitschek.

**1914** Ingressa no seminário dos padres lazaristas, único ginásio de Diamantina onde podia fazer o secundário.

**1921** Nomeado telegrafista-auxiliar, em Belo Horizonte.

**1922** Ingressa na Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, formando-se cinco anos depois.

**1931** Casa-se com Sarah Gomes de Lemos, filha do ex-senador mineiro Jaime Gomes de Souza Lemos.

**1932** Ingressa no corpo médico da Força Pública de Minas, hoje PM, atuando na Revolução Constitucionalista.

**1933** Escolhido secretário de Governo de Minas por Benedito Valadares, interventor no estado nomeado por Vargas.

**1934** Eleito deputado federal.

**1937** Tem o mandato extinto pelo Estado Novo. Volta a clinicar.

**1940** Nomeado prefeito de Belo Horizonte. Governo marcado por obras, como o conjunto arquitetônico da Pampulha – projetado por Niemeyer –, incentivo à cultura e ao social.

**1945** Elege-se deputado federal pelo Partido Social Democrata (PSD).

**1950** Elege-se governador de Minas.

**1955** Elege-se presidente da República, com o lema "50 anos em 5".

**1960** Inaugura Brasília.



Reprodução

**1961** Elege-se senador por Goiás.

**1964** Com o golpe militar, seu mandato é cassado e seus direitos políticos, suspensos. Vai para o exílio.

**1967** Volta definitivamente ao país.

**1974** Elege-se para a Academia Mineira de Letras.

**1976** Morre em acidente de carro na via Dutra, em 22 de agosto.

Fonte: site do Memorial JK

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Rodrigo Rollemberg

• Anibal Diniz • Acir Gurgacz • Wellington Dias

\* Licenciado

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



## Ferraço solicita comissão para projetos contra corrupção

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) solicitou a criação de uma comissão temporária para examinar todos os projetos de combate à corrupção que tramitam no Senado. Pesquisa preliminar aponta que existem pelo menos 40 desses projetos. De acordo com o senador, é preciso "passar o pente fino



Ricardo Ferraço

nessas propostas, avaliar as mais eficazes e urgentes e votá-las num mutirão legislativo". Para Ferraço, os crimes de corrupção devem ser insuscetíveis de fiança e de liberdade provisória. O parlamentar também defendeu mais celeridade no julgamento desses crimes.

## Vanessa pede apoio à libertação de cinco cubanos presos nos EUA

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), presidente da Frente Parlamentar Brasil-Cuba, pediu o apoio dos parlamentares, da população e do governo ao movimento pela libertação de cinco cidadãos cubanos, presos nos Estados Unidos há 13 anos "ilegalmente e sem provas contra eles". Os Cinco, como passaram



Vanessa Grazziotin

a ser conhecidos, foram presos depois de investigar e denunciar atentados contra Cuba arquitetados por grupos anticomunistas sediados em Miami. Dez ganhadores do Prêmio Nobel já se somaram ao movimento, além da Anistia Internacional e de parlamentos de vários países, afirmou a senadora.

## Mozarildo volta a denunciar corrupção nas obras de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a denunciar a "roubalheira" em obras de rodovias, conforme auditoria feita pela Controladoria-Geral da União (CGU) em oito obras e dois projetos. A auditoria apontou irregularidades nas obras da BR-174, que liga Boa Vista a Manaus e à Venezuela. Desde 2007, quando o atual



Mozarildo Cavalcanti

governador tomou posse, já foram repassados para Roraima cerca de R\$ 570 milhões para rodovias. Ocorreram desvios em todas as obras, disse. Diante desse quadro, Mozarildo disse que é contrário à recriação da CPMF, pois não faltam recursos para a saúde, mas sim "vergonha e fiscalização".

## Paulo Paim sugere fim do voto secreto no Congresso Nacional

Paulo Paim (PT-RS) pediu que o Legislativo acabe com o voto secreto. Para ele, o combate à corrupção começa por aí e é importante mostrar à população como se posicionam os parlamentares nas votações. – Se não temos o que temer, não há motivo para não expressar no painel, de forma transparente, as nossas posições – disse.

De acordo com ele, o voto secreto faz sentido para a ditadura, para proteger os parlamentares de perseguições em caso de voto contrário aos interesses do governo, mas no Estado democrático de direito não há argumento para que se continue a votar secretamente. – Manter [o voto secreto] é caminhar ao lado da corrupção e da impunidade – afirmou.

## Ciro Nogueira cobra mais rigor no combate ao uso de álcool no trânsito

Ciro Nogueira (PP-PI) anunciou a apresentação de projeto (PLS 492/11) que altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) para retirar a referência à dosagem etílica no tipo penal, prevendo a possibilidade de caracterizar a infração por outros meios de prova e não apenas pelo uso de bafômetro.



Ciro Nogueira

O trânsito brasileiro mata diariamente 183 pessoas, o que totaliza quase 6 mil por mês e torna o país um dos mais violentos do mundo. A grande maioria dos casos envolve a participação de motoristas embriagados ou drogados, disse o senador, acrescentando que a tolerância zero com bebida no trânsito tem caído no descrédito por conta de decisões equivocadas dos legisladores e do Judiciário, no que diz respeito à caracterização de dolo ou culpa nos acidentes. A grande maioria das mortes poderia ser evitada com políticas públicas mais adequadas, afirmou.

Relatório de Luiz Henrique ao texto aprovado na Câmara dos Deputados aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça, que volta a discutir o tema amanhã

# Comissões debatem hoje com juristas novo Código Florestal

QUATRO COMISSÕES DO Senado realizam audiência pública hoje, a partir das 8h30, para debater aspectos jurídicos do projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11). Recebida em junho, após aprovação tumultuada na Câmara, a proposta encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda votação de relatório apresentado por Luiz Henrique (PMDB-SC).

A reunião é iniciativa da CCJ e das comissões de Meio Ambiente (CMA), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Agricultura (CRA). Foram convidados, entre outros, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli; o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin; o ex-ministro da Defesa

e ex-ministro do STF Nelson Jobim; o ex-ministro da Justiça Célio Borja; o subprocurador-geral da República Mário José Gisi; e o presidente da Comissão Nacional de Direito Ambiental na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Gilberto Piselo do Nascimento.

O relatório de Luiz Henrique deve voltar a ser discutido amanhã na CCJ. O presidente da comissão, Eunício Oliveira (PMDB-CE), havia concedido vista coletiva para que os colegas pudessem se aprofundar nas mudanças propostas pelo relator ao texto aprovado pela Câmara no primeiro semestre.

Uma das mudanças foi quanto à competência legislativa sobre assuntos do meio ambiente, que, no entendimento do

relator, deve ser "concorrente", conforme previsão constitucional. Com o argumento de que caberia à União apenas a definição de normas gerais e aos estados a definição de normas específicas, Luiz Henrique sugeriu alterações para explicitar os poderes dos estados e do Distrito Federal na questão.

Outra alteração foi a possibilidade de revisão de áreas de proteção permanente (APPs) em caso de construção de estádios e infraestrutura para a Copa do Mundo e as Olimpíadas. As hipóteses integram a lista de atividades de utilidade pública que justificariam o uso de APPs.

Na quinta-feira, CMA, CRA e CCT realizarão audiência sobre o tema, com foco em aspectos econômicos.



Pedro Franco/Senado Federal

Para senador, é possível conciliar desenvolvimento e preservação

## Anibal defende desenvolvimento sustentável

Anibal Diniz (PT-AC) disse que o novo Código Florestal, em discussão no Senado, deve criar condições para o desenvolvimento sustentável, atendendo às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.

– Nossa definição de desenvolvimento sustentável está centrada numa proposta de equilíbrio entre três aspectos igualmente importantes: a viabilidade econômica, a justiça social e a responsabilidade ambiental. Como conseguir esse equilíbrio, é o desafio do Senado e do nosso governo – disse.

Para ele, é possível conciliar crescimento e preservação, a partir da revisão de conceitos, permitindo a construção de uma economia mais eficiente no uso dos recursos naturais.

## Rollemberg quer mais unidades de conservação do Cerrado

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) registrou ontem a passagem, no domingo, do Dia do Cerrado, lembrando que Brasília se encontra dentro desse bioma. Ele lamentou a grande quantidade de incêndios no Distrito Federal, que já atingiram mais de 20 mil hectares da região. E disse que, a pedido do Instituto Chico Mendes, a Polícia Federal abriu inquérito para investigar se os incêndios foram criminosos.

Rollemberg sugeriu que se faça uma mobilização em defesa do Cerrado, que, acentuou, está sendo devastado sem que se conheça toda a riqueza de sua biodiversidade. Ele sugeriu

que o governo do DF faça campanhas ambientais educativas permanentes.

– Até hoje, em pleno século 21, parte do Cerrado vem criminosamente se transformando em carvão para alimentar especialmente algumas siderúrgicas de Minas Gerais.

O senador lembrou que existe a possibilidade de haver ampliação do desmatamento após a aprovação do novo Código Florestal, porque apenas 20% da área do Cerrado é tida como reserva legal. Ele pediu ampliação das unidades de conservação do bioma e controle do desmatamento via satélite.



Felício Rodrigues/Pozzoboni/ABr

Bombeiro trabalha para debelar incêndio na Floresta Nacional de Brasília

## Comissão lança 8ª edição da revista *Em discussão!*, sobre avanço das drogas

A 8ª edição da revista *Em discussão!* será lançada amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pela Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas.

A revista publica um diagnóstico sobre o vício em drogas no país, incluindo as discussões da subcomissão sobre esse tema.

– A revista traz reportagens que vão além da cobertura que o Senado faz nos seus demais veículos de comunicação. Mostra o que está acontecendo no Brasil

de forma atualizada. É um instrumento importante para a formação de ideias e propostas sobre esse assunto – afirmou Wellington Dias (PT-PI), presidente da subcomissão.

O lançamento da revista *Em discussão!* será feito por Wellington Dias, pela vice-presidente da subcomissão, Ana Amélia (PP-RS), e pelo presidente da CAS, Jayme Campos (DEM-MT).

O diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita, apresentará a revista aos membros da comissão.



# Prevenção às recorrentes tragédias das chuvas

Senado aprova projetos de lei que estabelecem medidas para evitar vítimas em enchentes e deslizamentos, como os que atingem Santa Catarina

PARA EVITAR TRAGÉDIAS como a enfrentada desde a semana passada por Santa Catarina – onde, devido às chuvas, pelo menos três pessoas morreram e mais de 175 mil tiveram que abandonar suas residências –, o Senado tem debatido projetos de lei sobre construção em áreas de risco, que são encontradas em, aproximadamente, 450 dos 5.565 municípios brasileiros, segundo o Ministério das Cidades.

O Projeto de Lei (PLS) 116/11 estabelece que cidades cujos planos diretores foram elaborados sem a orientação da carta geotécnica têm dois anos para se adaptar. Aprovado no dia 30 de agosto em decisão terminativa na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), segue para análise da Câmara, caso não haja recurso para apreciação do Plenário.

– Resta torcer para que os deputados aprovelem com rapidez. A questão é tão grave, que o Senado criou a Comissão Especial de Defesa Civil, presidida por Jorge Viana (PT-AC) – informou Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), autor da proposta.

No mesmo dia, também foi aprovado em decisão terminativa na CDR o PLS 23/11, de Lindbergh Farias (PT-RJ), que altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) para tornar obrigatória a elaboração do plano diretor dos municípios com áreas de risco até dezembro de 2016. Lindbergh é também autor de outros dois projetos sobre o assunto: o PLS 27/11, pelo qual os municípios vão direcionar ações do programa Minha Casa, Minha Vida às famílias em áreas de risco ou desabrigadas, e o PLS 26/11, que obriga o setor público a fazer um mapeamento.

– Acho importante uma avaliação conjunta dessas proposições e a Comissão Especial de Defesa Civil do Senado é o local adequado – sugere o diretor do Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos do Ministério das Cidades, Celso Carvalho.

Segundo ele, existem no Brasil 251 municípios onde há áreas com risco de deslizamento de encostas e 205 com pontos sujeitos a enxurradas e inundações bruscas. A Secretaria Nacional de Defesa Civil do



James Fenoures

Mais de 175 mil pessoas tiveram que deixar suas residências em Santa Catarina, onde chove forte há uma semana

Ministério da Integração Nacional está fazendo pesquisa para uma reavaliação.

O governo federal prevê, no Plano Plurianual 2012-2015, a criação do Sistema Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, que será comandado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A instalação total será concluída em quatro anos, quando serão investidos R\$ 250 milhões.

## Áreas de risco: definição e ações

- ☀ São locais sujeitos a processos de destruição em determinados períodos ou situações climáticas
- ☀ Para serem identificadas, especialistas usam critérios como declividade, vegetação, características do solo, presença de blocos de rocha, drenagem e índice pluviométrico local
- ☀ Na maior parte do tempo, essas áreas parecem estáveis e, por isso, pessoas as ocupam e até conseguem

- ☀ viver com ilusão de segurança durante meses ou anos, até ocorrer o desastre
- ☀ As áreas de risco não podem ser ocupadas por residências, escolas, hospitais, lojas e nada que seja de caráter permanente
- ☀ Por segurança, devem ser transformadas em parques públicos, que a população utiliza quando faz sol e que esteja vazio na ocasião das chuvas fortes

Fonte: Ministério das Cidades e Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro

Reprodução



## Desastres nos mesmos lugares e mesma época

Inundações e deslizamentos repetem-se ano após ano, geralmente na mesma época e nos mesmos lugares. No Rio de Janeiro, em 1565 (ano de fundação da cidade) o padre jesuíta José de Anchieta anotou: "...choveu tanto que se encheu e rebentaram as fontes...". Desde então, as tragédias foram registradas em jornais como *Última Hora*, em 12 de janeiro de 1966 (ao lado). São afetadas principalmente comunidades pobres nas várzeas e favelas em morros com desmatamentos.

O presidente do Serviço Geológico do Estado do Rio, Flavio Erthal, reconhece que as cidades fluminenses não têm conseguido se planejar, mesmo com as exigências recentes.

– Essa é uma realidade nacional, mas a situação se agrava no nosso estado pelas suas características geomorfológicas e pela grande ocupação decorrente da urbanização acelerada dos últimos 50 anos – explicou Erthal.

Em Santa Catarina, as inundações também são recorrentes, principalmente no Vale do Itajaí, conforme ressalta o presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Marcos Túlio de Melo.

– As prefeituras precisam retirar as famílias e ocupar as áreas de risco com lazer ou prevenção ambiental – afirmou Marcos Túlio.

No início de 2011, milhares de pessoas ficaram desabrigadas não só no estado do Rio, onde houve mais de 900 mortes na Região Serrana, mas também em Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Alagoas, Pernambuco, Goiás, Piauí e Sergipe. No *réveillon* do ano anterior, foram 53 mortes e 1.230 famílias desabrigadas em Angra dos Reis (RJ).

Em abril de 2010, morreram 47 pessoas e mais de 3 mil ficaram desabrigadas no morro do Bumba, em Niterói (RJ). A comunidade surgiu sobre montanha de lixo de um antigo aterro sanitário, desativado em 1981, mas a ocupação irregular recebeu da prefeitura asfalto, água, luz, escola e médico de família.

## Prefeituras fiscalizam e cidadão pode denunciar

A fiscalização das construções em áreas de risco cabe aos municípios, e alguns já elaboraram mapas para vistorias periódicas. “No entanto, sabemos que poucas prefeituras fazem isso”, lamenta Celso Carvalho, diretor do Ministério das Cidades. Segundo ele, não há lei que permita intervenção do ministério.

– O Plano Plurianual 2012-2015 prevê acompanhamento das construções por satélite, nos moldes do monitoramento do desmatamento da Amazônia. Isso permitirá fornecer informações públicas sobre a formação de eventuais novas áreas de risco – explica.

Carvalho não acredita que o conjunto de municípios será capaz de cumprir o prazo de dois anos estabelecido pelo PLS 116/11. Essa opinião é compartilhada por Flavio Erthal, do Serviço Geológico do Estado do Rio.

– Além da dificuldade de fazer isso a toque de caixa, existe um imenso gargalo: a disponibilidade de profissionais na área de geologia e geotecnia. Isso só pode ser feito com sucesso se for de forma gradual – comenta Erthal.

O prazo também é considerado difícil por Marcos Túlio de Melo, do Confea. Mas ele ressalta que estabelecer prazos é fundamental.

– O projeto de lei está muito correto tecnicamente. Agora é necessário que o governo ofereça alguma estrutura aos municípios. Os conselhos regionais de Engenharia e Arquitetura estarão totalmente à disposição para colaborar tanto no treinamento das equipes técnicas das prefeituras quanto no acompanhamento e na fiscalização – disse.

Rodrigo Rollemberg também sugere que o governo federal dê assistência aos municípios, com programas de extensão em universidades públicas e em institutos de pesquisa. E defende o prazo de seu projeto:

– Dois anos são tempo mais do que suficiente. E a ação é urgente mesmo, pois amplia a segurança do cidadão – argumentou.

Ao perceber construção em área de risco, o cidadão deve procurar a prefeitura, em especial a Defesa Civil. Se houver omissão, pode-se fazer uma denúncia ao Ministério Público.

### Saiba mais

**Biblioteca do Ministério das Cidades sobre prevenção de riscos (livros, cartilhas e manuais para download)**  
<http://migre.me/5G5BR>

**Mapeamento de riscos em encostas e margens de rios**  
<http://migre.me/5G72Q>

**Orientação operacional para prevenção de riscos**  
<http://migre.me/5G5Ck>

**Como produzir moradia bem localizada com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida**  
<http://migre.me/5G5CC>

**Manual para prevenção de áreas de risco**  
<http://migre.me/5G5Cv>



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM [WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL](http://WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL)